

## Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

Grupo de Trabalho - Conta Base e condições dos contratos de crédito [PJL 52/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP), 83/XIII/1.<sup>a</sup> (BE), 90/XIII/1.<sup>a</sup> (BE) e 92/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP)]

Grupo de Trabalho – Impenhorabilidade da habitação própria permanente [PJL 86/XIII/1.<sup>a</sup> (BE), 87/XIII/1.<sup>a</sup> (PS), 88/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP) e 89/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP)]

---

### SÍNTESE 4/XIII/1.<sup>a</sup> SL

Aos 5 dias do mês de abril de 2016, pelas 15:30 horas, reuniram os Grupos de Trabalho – Conta Base e condições dos contratos de crédito [PJL 52/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP), 83/XIII/1.<sup>a</sup> (BE), 90/XIII/1.<sup>a</sup> (BE) e 92/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP)] (CBCCC) – e Impenhorabilidade da habitação própria permanente [PJL 86/XIII/1.<sup>a</sup> (BE), 87/XIII/1.<sup>a</sup> (PS), 88/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP) e 89/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP)] (IHPP), na sala 9 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados Carlos Silva – Coordenador do GT CBCCC -, Inês Domingos (PSD), Ana Passos (PS), João Paulo Correia (PS), Paulino Ascenção (BE) e Cecília Meireles (CDS-PP), tendo como Ordem do Dia:

#### **15.30H**

1. Discussão e votação indiciária do Projeto de Lei n.º 52/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP) e do Projeto de Lei n.º 90/XIII/1.<sup>a</sup> (BE) ou de texto de substituição dos mesmos, e do Projeto de Lei n.º 86/XIII/1.<sup>a</sup> (BE), do Projeto de Lei n.º 87/XIII/1.<sup>a</sup> (PS) e do Projeto de Lei n.º 89/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP) ou de texto de substituição dos mesmos.
2. Outros Assuntos.

O Coordenador do GT CBCCC, Senhor Deputado Carlos Silva (PSD), efetuou uma introdução inicial, referindo-se à necessidade de imprimir alguma celeridade ao processo. Questionou sobre se haveria texto de substituição dos PJL 52 e 90. Notando a ausência do PCP, considerou que talvez as votações devam ter lugar na COFMA, abdicando-se de votações indiciárias, no que foi apoiado pela Senhora Deputada Inês Domingos (PSD).

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) não se opôs e recordou que deu entrada um texto conjunto relativo às iniciativas sobre as penhoras. No que se refere às iniciativas incidentes sobre as taxas de juro, manifestou a intenção de propor um novo prazo para a definição de uma solução e pedir que seja ouvido o Governador do Banco de Portugal.

O Senhor Deputado Paulino Ascenção também não se opôs ao adiamento das votações.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) concordou com os adiamentos e com a audição do Governador do Banco de Portugal, defendendo que é necessário entender bem o alcance das iniciativas em discussão, dada a complexidade técnica da matéria.

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) notou que a audição do Banco de Portugal mostrou uma posição diferente da assumida por aquela instituição anteriormente, com questões que não tinham ainda sido levantadas. Colocou à consideração a hipótese de ouvir novamente a APB, a DECO e a SEFIN.



## Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

Grupo de Trabalho - Conta Base e condições dos contratos de crédito [PJL 52/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP), 83/XIII/1.<sup>a</sup> (BE), 90/XIII/1.<sup>a</sup> (BE) e 92/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP)]

Grupo de Trabalho – Impenhorabilidade da habitação própria permanente [PJL 86/XIII/1.<sup>a</sup> (BE), 87/XIII/1.<sup>a</sup> (PS), 88/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP) e 89/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP)]

---

O Senhor Deputado Carlos Silva, coordenador do GT, remeteu as questões para a reunião da COFMA do dia seguinte.

Não tendo sido suscitados outros assuntos, a reunião foi encerrada pelas 18:15 horas, dela se tendo lavrado a presente síntese.

Palácio de São Bento, 5 de abril de 2016.